

Sarney Filho quer convidar Fidel para a Constituinte

Brasília — O presidente de Cuba, Fidel Castro, poderá ser o primeiro convidado ilustre da Constituinte. A idéia partiu do deputado Sarney Filho (PFL-MA), que solicitou à presidência da Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Exteriores, durante sua instalação, a vinda de ministros da área econômica do Peru para discutir a questão da dívida externa e do governo cubano, "que tem falado muito sobre o assunto" disse o deputado.

A solicitação de Sarney Filho, feita através de ofício ao presidente da subcomissão, Roberto D'Ávila (PDT-RJ), provocou comentários irônicos entre os parlamentares que acompanhavam as eleições para as três subcomissões da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Foi dito que, depois do convite, o nome da subcomissão deveria ser mudado para "Subcomissão Cubana", porque D'Ávila e outro componente, o deputado João Hermann (PMDB-SP), são amigos de Fidel.

"Discriminação"

Marcada para 9h, a instalação da Comissão de Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher começou com mais de uma hora de atraso. O deputado Aécio Neves (PMDB-MG) fez uma cerimônia rápida, para participar em seguida da eleição que referendou os nomes de João Hermann para o cargo de relator e Roberto D'Ávila para presidente. Minutos após ser instalada, a Comissão de Soberania já recebia a primeira crítica e proposta de modificação.

Votações confirmam indicações

Brasília — Frustraram-se todas as manobras arquitetadas dentro de duas das três subcomissões da Ordem Econômica - Princípios Gerais e Política Agrícola - para alterar o quadro de relatores preparado pela liderança do PMDB. Nas eleições, realizadas à tarde, prevaleceram as chapas-únicas definidas no final da semana pelo líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, com auxílio dos vice-líderes Antônio Brito (RS), Paulo Macarini (PR) e Antônio Peróza (SP) e do relator da Comissão de Ordem econômica, senador Severo Gomes (SP).

Este grupo trabalhou firme para inviabilizar candidaturas dissidentes como a do deputado Gabriel Guerreiro (PMDB-PA), que tentou disputar a relatoria para a sub-comissão de Princípios Gerais. A pedido de Mário Covas, o deputado Pimenta da Veiga (MG) tentou na segunda-feira demover o deputado. O candidato da liderança era o baiano Virgildásio Sena. O parlamentar paraense, embora de esquerda, tinha chance de vencer somando os votos da ala conservadora do PMDB na sub-comissão, tal o nível de descontentamento do grupo com as escolhas de Covas. Somente um trabalho do senador Severo Gomes junto a Albano Franco e Antônio Carlos Franco - da ala conservadora - impediu o sucesso da articulação.

Na sub-comissão de Política Agrícola, a candidatura do deputado Oswaldo Lima Filho (PE) para a relatoria só não se inviabilizou, como desejava o grupo descontente do PMDB, que apoiava o nome do deputado Benedito Monteiro (PA), em vista do surgimento de uma terceira candidatura, de perfil conservador: a do deputado Jorge Viana (PMDB-BA). "Se dividirmos a esquerda, a direita ganha, portanto, defendo a retirada da candidatura de Monteiro", apelou o deputado progressista Vicente Gobo (RS) aos aliados do deputado paraense, apenas duas horas antes das eleições. Monteiro retirou a candidatura, possibilitando a confirmação de Lima Filho.

Tributação acirra a disputa

Brasília — A preferência dos constituintes do PMDB pela Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas provocou o adiamento da instalação das três subcomissões da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças — marcada para 14h — para as 10h de hoje. Os 11 cargos reservados ao partido eram disputados por 25 pemedebistas, que passaram o dia todo assediando o seu líder na Constituinte, senador Mário Covas, responsável pela acomodação dos parlamentares.

O maior atrativo desta subcomissão é a definição sobre a reforma tributária, reivindicada pelos governadores, mas defendida em bases diferentes de acordo com as regiões. "O que é melhor para São Paulo não é para o Nordeste", argumentavam parlamentares desta região que lutavam pelo cargo de relator. Mas o indicado por Covas continuava sendo o deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RJ), ele próprio ameaçado de perder a vaga, já que o líder do PMDB decidiu realizar um sorteio para

Uma comissão sem problemas

Brasília — Os integrantes da Comissão da Organização do Estado respeitaram o acordo firmado entre as lideranças partidárias na Constituinte e homologaram, sem problemas, os presidentes, vice-presidentes e relatores das subcomissões previamente indicados. O relator da comissão, senador José Richa (PMDB-PR), antecipou que vai defender a descentralização. "Tudo o que os municípios podem fazer, deve ser atribuição das prefeituras".

A Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios recebeu o assédio dos parlamentares de Brasília, que querem garantir a eleição direta para governador do Distrito Federal. Será presidida pelo deputado Jofran Frejat (PFL-DF), secretário de Saúde no governo passado. O relator será o deputado Luís Carlos Sigmaringa Seixas (PMDB-DF), integrante da ala progressista do partido.

O deputado Siqueira Campos (PDC-GO), obcecado pela idéia de tirar um pedaço de Goiás para formar o estado de Tocantins, garantiu para si a relatoria da Subcomissão dos Estados.

"Vamos discutir a mudança desse nome, pois a especificação da mulher não passa de uma discriminação dissimulada. Seria melhor mudar o nome para Pessoa Humana", justificou Aécio, com o apoio do senador Cid Carvalho (PMDB-CE). A deputada Ana Maria Rattes (PMDB-RJ), que participa da Subcomissão dos Direitos Políticos, Direitos Coletivos e Garantia, não gostou da idéia e rebateu: "A mulher é tão discriminada que é preciso frisar sua condição de cidadão, pois do contrário eles esquecem".

Sem surpresas

As eleições nas outras duas subcomissões — a dos Direitos e Garantias Individuais e a dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias — serviram, apenas, para referendar os nomes previamente indicados no acordo oficial do líder do PMDB, senador Mário Covas, com as lideranças dos demais partidos.

O deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), presidente da Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias, em breve discurso para poucos ouvintes, adiantou que extinguiu "o empreguismo que grassa no país, porque todo cidadão tem o direito coletivo de ingressar no serviço público através de concurso". O relator, deputado Lisnéas Maciel (PDT-RJ), no entanto, considerou a questão do direito coletivo polêmica e inovadora. "O direito coletivo é o que há de mais novo na política brasileira, um fenômeno muito interessante. Hoje, existem mais de 150 mil comunidades de base no país, que reivindicam melhorias sociais e têm esse direito", disse.

Brasília — Wilson Pedrosa



Delfim Neto e Virgildásio Sena

São os seguintes os presidentes, relatores e vice-presidentes das sub-comissões da Ordem Econômica: a) Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenções do Estado, Regime de Propriedade, Sub-solo e Atividade Econômica: presidente - Delfim Neto (PDS/SP), relator - Virgildásio Sena (PMDB/BA); b) Subcomissão de Questão Urbana e Transporte: presidente - Dirceu Carneiro (PMDB-SC), relator: José Ulysses (PMDB/MB); c) Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária: presidente - Edson Lobão (PFL-MA), relator - Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE).

acomodar os constituintes nas três subcomissões.

Cada estado queria ter o maior número de representantes na Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas. Do Paraná, cinco disputavam; de Pernambuco e do Espírito Santo, três de cada; da Bahia e do Ceará, dois. Covas decidiu que a cada um caberia apenas uma vaga, suscitando a disputa interna entre as bancadas. Mesmo assim, ao final, os 11 lugares do PMDB continuavam sendo pleiteados por 15 parlamentares, surgindo a idéia do sorteio entre eles.

Em meio à confusão estabelecida na sua comissão, o seu relator, deputado José Serra (PMDB-SP), e o presidente, deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), aguardavam a solução para iniciar os trabalhos. As 19h, seriam referendados os nomes do senador Cid Carvalho (PMDB-CE) e do deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), para presidente e relatoria da Subcomissão do Sistema Financeiro.

Arinos presidirá Sistematização

Brasília — O senador Afonso Arinos (PFL-RJ) foi confirmado como presidente da Comissão de Sistematização, a mais importante da Constituinte. O líder do PFL, José Lourenço, chamou o senador ao seu gabinete às 17h15min e informou-lhe de sua decisão: Arinos não vai disputar na bancada contra o senador Carlos Chiarelli nem dividirá com ele a presidência, como chegou a ser discutido entre os líderes do PFL.

Foi decisivo para a decisão do líder um documento de apoio a Arinos, assinado por 90 constituintes pefelistas, articulado pela deputada Sandra Cavalcanti (RJ). Momentos antes, Chiarelli anunciou que não competiria, em hipótese alguma, com o senador do Rio de Janeiro.

Relator

O senador Fernando Henrique Cardoso (SP) analisa a conveniência de retirar-se de disputa pelo cargo de relator da Comissão de Sistematização. Desistindo, ele apoiaria o deputado Pimenta da Veiga (MG), tentando derrotar o deputado Bernardo Cabral (AM), o preferido do líder do partido, Mário Covas. A escolha do relator será feita pelos 304 constituintes do PMDB em uma reunião hoje a partir das 9h.

O dia de ontem foi agitado tanto no PMDB quanto no PFL, que se via às voltas com um movimento de setores do partido para tentar impedir a indicação do senador Afonso Arinos (PFL/RJ)

para a presidência da Sistematização. O movimento acabou frustrado, e o senador Carlos Chiarelli, que queria o cargo, foi parar na presidência da Comissão Especial da Dívida Externa, instalada ontem no Senado.

O amazonense Bernardo Cabral chega hoje à disputa do cargo de relator com alguns fortes cacifes: é o candidato predileto de Mário Covas e tem a trabalhar pelo seu nome a maioria dos moderados pemedebistas — setor majoritário do partido —, além de ter no senador José Richa (PR) o carro-chefe da sua candidatura. Como no caso da eleição de Mário Covas, a candidatura de Cabral não é vista com bons olhos pelo presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

Ulysses quer ver relatando a Comissão de Sistematização o deputado Pimenta da Veiga, que costuma acompanhar suas decisões dentro do PMDB. Pimenta aparece, ainda, como candidato da bancada de Minas, que, apesar de ser a maior dentro do partido, não conseguiu nenhum cargo de relator nas grandes comissões. Cabral tem procurado neutralizar o apoio a Pimenta na bancada mineira, aproveitando o ressentimento de alguns parlamentares com a posição que Pimenta tomou na sucessão estadual, quando apoiou Itamar Franco contra Newton Cardoso.

Pelos cálculos de Pimenta da Veiga, os mineiros devem lhe dar hoje entre 27 a 30 dos seus 35 votos. Um de seus adversários na bancada, José Geraldo

Ribeiro, contudo, garante que Cabral deverá ter um mínimo de dez votos na bancada mineira, trabalhados, principalmente, pelo coordenador, deputado Marcos Lima.

Fernando Henrique e Pimenta da Veiga tomaram café da manhã juntos, ontem, e analisaram a inconveniência dos dois disputarem o cargo, já que correm na mesma faixa — os setores mais à esquerda do PMDB. Eles voltaram a se encontrar no almoço e à tarde, no plenário da Constituinte. Muitos dos eleitores do senador paulista já admitiam abertamente votar em Pimenta hoje, a se confirmar a desistência de Fernando Henrique.

Octogenário

No PFL, a posição de Afonso Arinos foi fortalecida pelo recuo do líder do partido, deputado José Lourenço, que, sentindo a reação da bancada contra a proposta de substituir Arinos ou convencê-lo a dividir a presidência da comissão com o senador Carlos Chiarelli, resolveu dar o assunto por liquidado. A divisão da presidência foi inicialmente assumida por Lourenço como necessária para evitar que "cochilos de um octogenário" permitissem que a esquerda "enfiasse propostas inconvenientes" na comissão, conforme ouviram do líder vários parlamentares.

Chiarelli, o principal defensor da tese, acabou sendo indicado para o cargo de presidente da Comissão Especial da Dívida Externa, instalada no Senado.

Covas indica Gabriel para Ordem Social

Brasília — Um senador de centro-esquerda, o médico paraense Almir Gabriel (PMDB), foi escolhido relator da poderosa Comissão da Ordem Social, que tratará de questões importantes como direitos dos trabalhadores, saúde e seguridade, o novíssimo tema do meio ambiente, além dos problemas dos negros, populações indígenas, deficientes e minorias.

A definição do relator encerra uma polêmica que consumiu uma semana de negociações entre o líder do PMDB, senador Mário Covas, e vários deputados que apoiavam o nome de Domingos Leonelli (PMDB-BA), político mais afinado com as esquerdas. Leonelli disputou até ontem de manhã o cargo de relator, mas Covas preferiu indicar, em acordo com os outros partidos, o nome de Almir Gabriel.

A greve

A maior polêmica, porém, na Comissão de Ordem Social será em torno da delimitação de seu campo de trabalho. Com exceção das questões de

saúde e minorias, suas discussões se superpõem aos debates que estão travados pela Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Um exemplo da ingerência dessa comissão nos trabalhos da Ordem Social aconteceu ontem, nas reuniões preliminares: o deputado Joaquim Haickel (PDS-MA) apresentou na Comissão da Soberania uma proposta sobre o direito da greve.

Cauteloso, o presidente da Comissão da Soberania, deputado Mário Assad (PFL-MG), disse que não permitiria propostas que entrem em choque com outras comissões. É na Ordem Social que deverá ser debatido o direito de greve dos trabalhadores e servidores públicos.

Sindicatos e associações de servidores já pressionam a comissão. A Confederação Nacional dos Profissionais Liberais se organiza, com um gabinete em Brasília, para evitar que haja limitação ao direito de greve. O presidente da entidade, Carlos Falkenberg, explicou que tentará fazer no Brasil o mesmo

que foi feito na França. Lá a greve foi considerada legítima e a regulamentação do direito ficou dependendo de lei complementar. Até hoje, quase cem anos depois, não houve a regulamentação. "Qualquer regulamentação estabelecendo, por exemplo, categorias 'essenciais', limita o legítimo direito de greve", diz Falkenberg.

Pelo acordo feito pelo líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (PMDB-SP), com os demais partidos a presidência da comissão coube ao deputado Edme Tavares (PFL-PB), a 1ª vice ao deputado Hélio Costa (PMDB-MG), e a 2ª vice ao deputado Adylson Motta (PDS-RS). Nas subcomissões, ficaram como relatores os deputados Mário Lima (PMDB-BA), na de direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos; Carlos Mosconi (PMDB-MG), na de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente; e José Carlos Sabóia (PMDB-MA), na dos Negros, Populações Indígenas, Deficientes e Minorias.